

## INÉDITAS - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO - INSTITUTO AOCB

1. Nos termos da Lei nº 10.633/2024, são Juízos e Órgãos de primeira instância, exceto:
  - a. os juízos das garantias
  - b. as Varas
  - c. os Tribunais do Júri
  - d. as Turmas Recursais
  - e. **Câmaras de Direito Civil**
  
2. Acerca da disciplina das unidades jurisdicionais conferida pela Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta.
  - a. **Em uma mesma Comarca pode haver mais de uma Região Judiciária, desde que não haja sobreposição de competências.**
  - b. Entende-se como Comarca a unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída por mais de um Juízo.
  - c. Entende-se como Foro Regional o agrupamento de Comarcas, Juízos, unidades jurisdicionais e/ou competências, com ou sem delimitação territorial, criada por Resolução do Órgão Especial.
  - d. As Regiões Judiciárias, criadas por Lei, agregam Comarcas ou foros, contíguos ou não, e competências, diversas ou únicas.
  - e. A instalação, classificação, funcionamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades jurisdicionais depende de Lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.
  
3. Considerando o que dispõem as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca de citações e intimações, assinale a alternativa incorreta.
  - a. As citações e intimações judiciais serão cumpridas, sempre que possível, por meio eletrônico, sendo a forma postal admitida quando impossível o meio eletrônico.
  - b. Os atos de comunicação processual serão cumpridos por oficial de justiça avaliador, quando o diligenciado residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.
  - c. A intimação de advogados e a citação editalícia nos processos cíveis e criminais serão efetuadas pelo DJERJ.
  - d. **As intimações pelo portal próprio serão consideradas pessoais, exceto aquelas para o Ministério Público e a Defensoria Pública.**
  - e. Se o advogado, estagiário ou parte interessada, tiver acesso ao pronunciamento judicial antes da publicação no órgão oficial ou assemelhado, inclusive por retirada de autos físicos com apensos, o serventuário certificará tal fato, constando o dia e a hora em que tal haja ocorrido, iniciando-se a contagem do prazo.